

# DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO: UM OBSERVATÓRIO DO POLÍTICO\*

Eni PUCINNELLI ORLANDI  
(Universidade de Campinas)

## 1. Introdução

A questão da argumentação está presente em diferentes perspectivas do estudo sobre a linguagem. Podem-se assim observar desde posições que a consideram como constitutiva, incontornável, o dizer sendo ele próprio já e sempre argumentação, até posições menos específicas, em que a argumentação é considerada apenas ornamento do dizer, tendo então um lugar mais periférico, secundário, por assim dizer. Mas em nenhum caso, nega-se o fato de que a argumentação tem seu lugar na linguagem.

Neste texto, sem entrar na consideração da maior ou menor importância do fato de linguagem que é argumentar, visamos mostrar alguns aspectos que caracterizam o estatuto e o lugar da argumentação na Análise de Discurso a que nos filiamos. Isso implica em falar da argumentação, pensando-se os sujeitos, o político, a história e a ideologia. Enfim, o discurso.

## 2. Alguns pressupostos teórico-metodológicos

Há duas noções que estão na base do mecanismo da

---

\* Este texto, em sua primeira versão, foi publicado em um número especial da revista *Mots*, em homenagem a Maurice Tournier.

argumentação e que desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político<sup>1</sup>: 1. a noção de antecipação, sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias (posições-sujeito); 2. a noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva).

Começaremos pela explicitação do que é discurso - efeito de sentidos entre locutores - e do que é o político quando nos filiamos a esta definição de discurso. A Análise de Discurso trabalha a textualização do político (J.J. Courtine, 1986) sendo que a apreensão dessa textualização vem de uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. Em outras palavras, “a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político” (M. Pêcheux, 1982). Com efeito, a Análise de Discurso (des)territorializa a noção de leitura pela noção de discurso enquanto efeito de sentidos e abre caminho para uma crítica disso que temos chamado “ilusão de conteúdo”. Esta, como mostramos em nossas análises (E.Orlandi, 1996 e 1996), produz a impressão da transparência da linguagem - o conteúdo seria extraído do que estaria atrás da forma lingüística, forma abstrata - ao mesmo tempo em que apaga a produção discursiva do referente, elidindo a construção imaginária do efeito de unidade, efeito literal, do sentido-um, já lá. Pelo trabalho da ideologia, o conteúdo se substitui à forma material (E.Orlandi, 1995), isto é, a forma tomada na história (historicidade), corp(o)ralidade do sentido, lingüístico-histórica.

Expor o olhar leitor à opacidade do texto - finalidade da Análise de Discurso (M. Pêcheux, 1984) - é aceitar a inscrição da língua na

---

<sup>1</sup> O político compreendido discursivamente significa que o sentido é sempre dividido, sendo que esta divisão tem uma direção que não é indiferente às injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história.

história para que haja sentido. É aceitar ao mesmo tempo que há real tanto da língua quanto da história, sendo o sentido já um gesto de interpretação<sup>2</sup> e o sujeito a própria interpretação.

Pela crítica à noção de conteúdo, e a insistência sobre o fato de que o sentido é produzido, restituimos a espessura semântica aos objetos simbólicos.

Esta espessura é função do político. Não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico.

O sujeito é um lugar de significação historicamente constituído, ou seja, uma “posição”. Essas posições, como sabemos, correspondem mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares “representados” no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos. Há nos mecanismos de toda sociedade regras de projeção que estabelecem relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) nos discursos (M. Pêcheux, 1969). São pois formações imaginárias - designando lugares que os locutores se atribuem uns aos outros - que constituem as tais condições de produção dos discursos (Ia(b), Ia(r) etc.). É preciso acrescentar que este imaginário não é de natureza fenomenológica mas discursiva: “não há apreensão perceptiva do referente, do outro e de si mesmo como condições pre-discursivas do discurso, supomos que a percepção é

---

<sup>2</sup> A ideologia é aqui considerada a partir da materialidade discursiva (linguageira) e de sua relação com a interpretação: há injunção à interpretação - face a qualquer objeto simbólico o sujeito é coagido a interpretar - e no trabalho de interpretação o sentido de “x” aparece como sentido-lá, como “conteúdo”, apagando o movimento da interpretação, sendo que as determinações histórica materiais aparecem como evidências empíricas.

sempre atravessada pelo já ouvido e o já dito através dos quais se constitui a substância [nós diríamos a “matéria”] das formações imaginárias” (M. Pêcheux, *idem*).

Em outras palavras, as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas (determinadas mesmo) pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não datado, não representável. As circunstâncias imediatas da enunciação já são determinadas por esta exterioridade e elas funcionam de forma desigual no discurso. A significância do contexto é delimitada pelo já-dito que con-forma o conjunto da situação que intervem no dizer. É só o que conta para o sentido “x” (efeito de pre-construído) que faz parte das condições de produção imediatas. Isto quer dizer que o trabalho do contexto não é nem direto nem automático, o que desloca a forma como a pragmática considera o texto. Este não é nem empírico mas histórico, submetido pois às exigências da materialidade lingüístico-discursiva e à relação do simbólico ao imaginário.

O sentido não deve pois ser considerado como conteúdo, a língua tem sua própria ordem mas só é relativamente autônoma, a história não se reduz ao contexto, e o sujeito não é um feixe de intenções, nem é sua própria origem. Desse modo não há acesso direto ao modo como se constituem os sentidos, não há acesso direto à exterioridade constitutiva (não empírica mas histórica).

É nesta perspectiva que se deve considerar a antecipação.

Todo sujeito (orador) experimenta o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador, constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de x, de si mesmo, do outro). Cada um “sabe” prever onde seu ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de todo discurso.

Há, pois, antecipação das representações do receptor “sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (M. Pêcheux, 1969). Sobre esta estratégia, sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento

discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos tal como acabamos de enunciar.

### 3. Língua, Sujeito, História: as manhas da argumentação

Em nossa perspectiva, a língua é compreendida como ordem significante, capaz de equívoco, de falha, de deslizos.

O sistema significante é então considerado como investido de sentidos, de uma espessura material, ou seja, a língua é aqui forma material, não-abstrata.

O sujeito é um sujeito histórico, posição que se produz entre outras, entre diferentes discursos em uma relação regulada com a memória do dizer, trabalhada pelo esquecimento.

Conseqüentemente, a análise não se reduz a uma questão de cálculo (sentido 1+contexto=sentido2) mas é concebida como explicitação do funcionamento do discurso, trabalhando a relação da língua com a historicidade.

Para compreender o funcionamento discursivo é necessário distinguir o plano da *constituição* (interdiscurso) do plano da *formulação* (intradiscurso).

A exterioridade não tem a objetividade do "fora" da linguagem, ela é aqui tomada tal como intervem na textualidade. Ela é exterioridade discursiva e não é empírica. É o interdiscurso definido em sua objetividade material contraditória (M. Pêcheux, 1988): algo fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o domínio complexo da ideologia. Isto propicia ao sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações experimentadas.

O discurso se constitui assim nessa instância dos já ditos ou dos dizeres possíveis que é garantia da formulação do dizer. É este

jogo entre formulação e constituição que produz o efeito de exterioridade, do sentido-lá. Paralelamente, esse jogo torna possível a relação entre o *real* e a *realidade*, sendo o real função das determinações históricas das condições materiais do discurso e a realidade a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações tal como elas se apresentam no discurso, em um processo de significação pelos dois esquecimentos: o que produz no sujeito a impressão de estar na origem do sentido e o que produz a impressão da realidade do pensamento (coincidência entre pensamento/linguagem/mundo).

Este efeito de objetividade não é tomado em conta pela maior parte dos estudos da argumentação, o que faz com que eles reflitam esse efeito ao invés de submetê-lo à análise, a uma nova “escuta”. Esta é em geral a posição dos pragmaticistas. A Análise de Discurso de que falo, tomando em conta esses efeitos, não permanece no nível da formulação mas tem como finalidade atingir a constituição dos sentidos, atravessando os efeitos da ordem do ideológico.

Em consequência, a argumentação é vista pelo analista de discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas.

As intenções - que derivam do nível da formulação - já foram determinadas no nível da constituição do discurso em que as posições do sujeito já foram definidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer. As intenções são assim produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. Se a argumentação é conduzida pelas intenções do sujeito, este tem no entanto sua posição já constituída e produz seus argumentos sob o efeito da sua ilusão subjetiva efetada pela vontade da verdade, pelas evidências do sentido. Os próprios argumentos são produtos dos discursos vigentes, historicamente determinados. Eles também derivam

das relações entre discursos e têm um papel importante nas projeções imaginárias do nível da formulação, das antecipações.

#### 4. Um Exemplo Atual: Os Discursos da Globalização

Consideremos como exemplo da discursividade atual dos discursos da globalização, que tomarei aqui no singular: o discurso (a formação discursiva) da globalização.

É um discurso cuja posição-sujeito se situa nas relações políticas do capitalismo tais quais e se nutre, entre outros, do “desaparecimento” da *ex-União Soviética*, produzindo efeitos de sentidos que se sustentam no apagamento da distância entre Governo, Estado e Teoria Política. Esse discurso procede por amálgama: tudo em um. É um discurso cujo argumento principal, sabe-se, é econômico (empresarial). Que os argumentos sejam a bio-diversidade, a relação norte-sul, etc pouco importa. Não nos afastamos nem um milímetro da ordem discursiva do capitalismo.

Por outro lado, estes discursos estão em aliança com o discurso (científico) neo-positivista (beneficiando-se do prestígio atribuído à cognição, à pragmática, à noção de “mind” - espírito? cérebro? mente? psique?) e com um instrumento potente, a informática.<sup>3</sup> É por estas construções do saber que se institucionaliza a ideologia do “global” produzindo tecnologias e formas administrativas.

Quanto ao político, esse jogo de significações se apresenta sob a forma de um discurso muito preciso, como se sabe, o discurso neo-liberal.

Do lado da linguagem, tudo isto desemboca em uma

---

<sup>3</sup> Referimo-nos aqui ao modo como a informática é significada no discurso da globalização. Sabemos, do ponto de vista discursivo, que a informática pode ser um instrumento heurístico importante que tem um enorme valor na relação com os arquivos.

racionalidade construída pela noção de *novas tecnologias de linguagem* que acarreta uma nova distribuição do trabalho intelectual. Esta, no entanto, tal como se apresenta no discurso da globalização, não favorece novos gestos de interpretação, derivas, deslizamentos de sentido.

A posição do sujeito é a mesma, apesar do jogo da argumentação na sua variedade porque se trata de diferentes elementos da formulação mas que não mudam nada na posição discursiva do sujeito em sua relação simbólica com a histórica. Não há deslocamentos no nível da constituição para que haja um novo sentido, uma outra posição do sujeito.

Não estamos propondo para se “recuperarem” sentidos, voltarmos na história, “resgatarmos” identidades etc. O que estamos dizendo é que a argumentação não muda em nada a posição do sujeito. Ela trabalha o domínio da organização (empírico-formal) do dizer e não afeta sua ordem (lingüístico-discursiva). Encontrar um outro “lugar” nesse discurso, deslocá-lo, produzir uma deriva, construir outros sentidos seria atingir sua historicidade. Mas o global desconhece a história: ele joga no nível da formulação do político e não em sua constituição. A meu ver seria necessário fazer significar o que este discurso silencia: a relação complexa entre universalização e historicização em seu movimento contínuo na busca de uma relação regrada entre Unidade e Diversidade. Porque o efeito mais importante do discurso da globalização é o de se substituir o universal e reduzir as diferenças (ao nível da constituição, da historicidade) a variedades locais (do nível da formulação). Isto apaga o que é da ordem do jurídico, da forma do político, e, conseqüentemente, aquilo que poderia provocar uma “mexida” no sentido e no sujeito.

Enfim, nossa posição é a de que, quando se trata do político é necessário ir além da situação imediata, dos conteúdos, da formulação. A forma material do político é diferente, por exemplo, nos diferentes países, porque a discursividade (a materialidade textual, simbólica)

difere, produzindo diferentes jogos imaginários, nas diferentes línguas. E isto é prática ideológica, em outras palavras, resulta do trabalho da ideologia, constitutiva da relação sujeito/sentido, que integra a relação imaginária do homem com o simbólico. Retomando nossa distinção entre real e realidade, podemos dizer que, na realidade argumentativa de um discurso é preciso compreender o real do processo de significação em que ela se inscreve. A argumentação pode então ser um observatório do político, na medida mesma em que é parte da materialidade do texto. Este jogo sobre o universal e o local, a produção do equívoco, o apagamento das diferenças, na retórica da globalização, pode ser um bom lugar para o exercício analítico de se dar visibilidade ao político, ao real dos sentidos.

#### Referências Bibliográficas

- COURTINE, J.J. (1986) *Chroniques de l'oubli ordinaire*. *Sediments*, 1.
- ORLANDI, E. P. (1990) *Terra à vista!*. São Paulo: Cortez/Unicamp.
- (1993) *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp.
- (1995) *La langue brésilienne*. Linx. Paris.
- (1996) *Les formes du silence*. Paris: Eds. des Cendres.
- PÊCHEUX, M. (1969) *L'analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- (1982) Texto inédito que programa um colóquio sobre discurso cotidiano.
- (1984) Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours, *Mots*, 9.